

“Quais os Rumos do Saneamento no Brasil?”

Nós, trabalhadores e trabalhadoras urbanitários, reunidos no Encontro Nacional “Quais os Rumos do Saneamento no Brasil?”, reafirmamos nosso compromisso com a defesa intransigente dos serviços públicos de saneamento como direito fundamental da população brasileira, essencial à saúde, à dignidade e à justiça social. Partimos da convicção de que todas as pessoas, independentemente do local, das condições de moradia e da capacidade de pagamento, devem ter garantido o direito de acesso à água e ao esgotamento sanitário.

O saneamento básico é um direito humano e não pode ser tratado como mercadoria. A privatização dos serviços de água e esgoto, promovida sob a justificativa de modernização e eficiência, tem se mostrado nociva à população, especialmente às comunidades mais vulneráveis. Tarifas elevadas, exclusão social, perda de controle democrático sobre os serviços e ameaça à soberania são algumas das consequências observadas nos processos de privatização.

O avanço das políticas neoliberais de privatização em todas as suas formas — seja concessão plena ou parcial, venda de ativos ou PPPs — ameaça transformar um direito humano essencial à vida em mercadoria. Tenta-se impor a lógica do lucro e da exclusão. E quem paga essa conta é o povo trabalhador, que vê o serviço piorar, a tarifa aumentar e o atendimento se tornar cada vez mais desigual.

Na privatização, os(as) trabalhadores(as) urbanitários(as) de todo o Brasil são diretamente atingidos(as) pela precarização das condições de trabalho. Salários achatados, retirada de direitos, aumento da terceirização e demissões são apenas alguns dos efeitos de um modelo que prioriza o capital em detrimento da vida. Em sentido oposto, assistimos a diretores e CEOs de empresas privadas ganhando salários astronômicos.

Denunciamos a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente modelador e financiador das privatizações do saneamento no Brasil. Em vez de fortalecer os serviços públicos e apoiar uma gestão estatal eficiente, o BNDES tem se posicionado como indutor da entrega de ativos públicos ao setor privado, contrariando os interesses da maioria da população brasileira.

As modelagens conduzidas pelo banco têm apresentado a privatização como única alternativa possível, descartando — de forma prévia e injustificada — qualquer possibilidade de preservação e fortalecimento das empresas públicas de saneamento. Essa postura compromete o debate democrático e técnico sobre o futuro do setor. Além disso, o ônus da outorga nas licitações de concessão tem se tornado um atrativo financeiro para prefeitos e governadores, que veem na privatização uma fonte imediata

de recursos. No entanto, esse “dinheiro fácil” não é revertido em investimentos no sistema de saneamento e acaba por onerar as tarifas, penalizando diretamente a população.

Outro mecanismo que favorece os interesses privados é o uso de debêntures incentivadas, beneficiadas por isenção fiscal concedida pelo governo federal. Esses títulos têm sido utilizados por empresas privadas para financiar o pagamento das outorgas, ampliando ainda mais a vantagem competitiva do setor privado e aprofundando a lógica de mercantilização de um direito essencial.

É nesse cenário desafiador que o movimento sindical é convocado a se colocar como protagonista, tanto ao lado dos trabalhadores quanto da população em processo de vulnerabilização. Não basta denunciar, é preciso se organizar e lutar ativamente. É preciso fortalecer a unidade entre centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos, trabalhadores(as) e sociedade civil, mostrando que defender o saneamento público é defender a saúde, o meio ambiente e a dignidade da população brasileira. O caminho é a luta. É aprofundar o diálogo com a sociedade, movimentos sociais e populares, investir na formação e conscientização, ampliar parcerias e, sobretudo, não abrir mão da mobilização. Sem pressão social e sem resistência organizada, a lógica privatista seguirá avançando.

Nossas Diretrizes e Propostas

- Defesa da gestão pública, universal e de qualidade dos serviços de saneamento.
- Rejeição a todas as formas de privatização, concessão ou terceirização dos serviços.
- Fortalecimento das empresas públicas estaduais e municipais de saneamento.
- Valorização dos trabalhadores e trabalhadoras urbanitários, com garantia de direitos e condições dignas de trabalho.
- Transparência e controle social sobre as políticas de saneamento.
- Revisão crítica da atuação do BNDES e exigência de que seus recursos sejam destinados ao fortalecimento da gestão pública.
- Vedar o critério de maior valor do ônus pela outorga nas licitações de concessões.
- Determinar o pagamento de eventual ônus pela outorga distribuído uniformemente ao longo da duração do contrato.
- Restringir a destinação dos recursos do ônus da outorga a usos vinculados ao saneamento básico.
- Vedar o financiamento do pagamento de ônus por outorga por meio de instrumentos que contem com incentivos fiscais ou creditícios concedidos pela União.
- Assegurar informações necessárias ao controle social das contratações.
- Envolver a entidade reguladora na avaliação prévia do edital de delegação da prestação.
- Adequar planos e prestações dos serviços públicos de saneamento básico ao contexto da mudança climática, contemplando as necessidades de mitigação e adaptação.

Este documento sintetiza a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras urbanitários, que atuam diariamente para garantir o acesso da população à água potável e ao saneamento. Reafirmamos nossa disposição de luta, mobilização e diálogo em defesa de um Brasil mais justo, com saneamento público, universal e de qualidade.

Aprovado por aclamação no Encontro Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Urbanitários

São Paulo, 23 de outubro de 2025

PROPOSTA DE PLANO DE LUTAS

Os(as) urbanitários(as), organizados(as) nas seguintes federações sindicais, reunidos(as) em São Paulo em 23 de outubro de 2025, aprovam o seguinte plano de lutas e ações:

1. Articular a realização de audiências públicas no Congresso Nacional (Câmara e Senado) para debater os “desafios da universalização do acesso e a defesa do saneamento público” e a resistência contra todas as modalidades de privatização do saneamento.
2. Desenvolver, com apoio das centrais sindicais, um plano nacional de comunicação envolvendo todos os sindicatos de urbanitários(as), federações, confederações, centrais sindicais, em especial os diretores de comunicação e jornalistas das entidades. O objetivo é promover a disputa constante da narrativa com os privatistas, que encontram grande espaço na mídia corporativa.
3. Solicitar audiência com:

- Presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos;
- Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

4. Atuar para que seja aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 6, de 2018, que tramita na Câmara dos Deputados, e que inclui no artigo 5º da Constituição Federal o seguinte: “É garantido a todos o acesso à água potável em quantidade adequada para possibilitar meios de vida, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico.” Essa PEC encontra-se pronta para votação no Plenário da Câmara dos Deputados.
5. Atuar para que seja aprovada a PEC nº 2, de 2016, que altera o art. 6º da Constituição da República para incluir o saneamento básico como direito social. Essa PEC encontra-se pronta para votação no Plenário do Senado.
6. Atuar para que seja aprovado o PL nº 1922, de 2022, que altera a Lei nº 11.445, de 2007 (Lei Nacional do Saneamento), para incluir pontos relacionados aos direitos humanos à água e ao saneamento.
7. Lutar pela revisão do marco regulatório do saneamento (Leis nº 11.445/2007 e nº 14.026/2020), por meio de amplo debate com a sociedade, com a finalidade de aperfeiçoá-lo, garantindo, entre outras melhorias, a possibilidade de celebração de contratos de programa para a prestação dos serviços de saneamento.
8. Atuar para que o BNDES deixe de financiar e modelar as privatizações do saneamento.
9. Atuar pela aprovação da NR do Saneamento.

10. Realizar o Seminário “Saneamento” em dos dias 9 e 12 de março de 2026, em Brasília.
11. Construir plataforma política sobre o saneamento para pautar o programa de governo do presidente Lula para a reeleição.
12. Reeleger Lula.
13. Atuar para eleger deputados(as) e senadores(as) comprometidos(as) com o projeto democrático popular.
14. Lutar pela criação do Salário Mínimo do Saneamento.
15. Apoiar a realização de plebiscito popular em Minas Gerais e nos demais estados sobre as ameaças de privatização.
16. Criar plano de ação para estruturação e funcionamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público.
17. Realizar seminários regionais e nacional sobre a tarifa social, em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público.
18. Realizar curso de formação sobre saneamento com professor Luiz Roberto Moraes.
19. Incluir no plano de lutas ações em defesa da justiça climática.
20. Aprovar a lei proposta pelo ONDAS, que altera as Leis nº 11.445 e nº 14.026.
21. Fortalecer as intersindicais de saneamento e a representação dos trabalhadores terceirizados.
22. Capacitar dirigentes para atuar na fiscalização e no cumprimento dos contratos de privatização.
23. Fortalecer a parceria com os órgãos de controle dos contratos de privatização para denunciar os descumprimentos dos mesmos.
24. Lutar pela reestatização das empresas públicas privatizadas.